



**ILUSTRÍSSIMO (A) RESPONSÁVEL PELA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE SÃO GONÇALO - RJ**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2023

DATA SESSÃO PÚBLICA: 22/06/2023

HORÁRIO SESSÃO PÚBLICA: 10:00h (Horário de Brasília)

SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.470.588/0001-51, com sede na Rua 1, nº 250, São Francisco, Califórnia, localizada na cidade de Barra do Piraí/RJ, CEP nº 27.165-000, neste ato por intermédio de seu administrador o Sr. Cristian Paulo Kehl Balbinot, portador (a) da Cédula de Identidade nº 4.077.236 (SESP/SC) e CPF sob nº 010.580.759-18, residente e domiciliado na cidade de Chapecó/SC, vem respeitosamente apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao **EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2023**, amparada na Lei nº 8.666/93, pelos motivos de fato e fundamentos de direito a seguir expostos:

I – DOS FATOS

Trata-se de **EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2023**, cujo objeto consiste na “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA RETIRADA DE OSSADAS HUMANAS DO OSSUÁRIO E DESCARACTERIZAÇÃO, TRANSPORTE (OS ACONDICIONAMENTOS DOS OSSOS DEVERÃO SER EM SACOS PRÓPRIOS E IDENTIFICADOS COMO INFECTANTE), INATIVAÇÃO MICROBIOLÓGICA (POR INCINERAÇÃO OU PROCESSO SIMILAR) E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SEPULCRAIS DOS CEMITÉRIOS DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO – RJ**”.



Com todo o respeito e admiração à lavra do(a) Ilustríssimo(a) PREGOEIRO (A) INTEGRANTE e COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, que sábia e costumeiramente elaborou brilhantes editais, resultando nas grandes contribuições a esta Administração Pública com vosso competente trabalho, no caso em exame, alguns pontos, data máxima vênua, merecem ser revistos, para ao final, ser retificados, conforme restará claro entrelinhas.

A Impugnante tem interesse em participar da licitação. No entanto, da análise do aludido instrumento convocatório e seus anexos, a ora IMPUGNANTE identificou exigências que, venia concessa, não guardam consonância com as regras e princípios aplicáveis às licitações.

Por este motivo, e considerando o dever da Administração Pública de possibilitar a disputa igualitária entre os potenciais interessados no contrato é que se apresenta esta Impugnação, objetivando a adequação/alteração do edital nos itens a seguir identificados, renovando-se o prazo para realização do certame, em razão da necessidade de republicação do ato convocatório.

II - FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA IMPUGNAÇÃO

II.1 – Da necessidade da possibilidade de subcontratação/terceirização do tratamento térmico/destinação final dos resíduos – da eminente restrição de competitividade

Primeiramente, é de sabença que a admissão de subcontratação, ou não, constitui decisão administrativa de cunho técnico e/ou administrativo. Com efeito, a Administração contratante define todos os contornos da avença, inclusive o de admitir a subcontratação, PORÉM tal definição deve levar em conta as suas necessidades, as CARACTERÍSTICAS DO MERCADO e a DISPONIBILIDADE DESTE EM RELAÇÃO AO OBJETO DO CERTAME.



Nesse diapasão, no Acórdão TCU nº 2002/2005 – Plenário, o Ministro Relator consignou em seu voto que a subcontratação deve ser adotada quando necessária para garantir a execução do contrato e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, e nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da **seleção da proposta mais vantajosa para a Administração** (art. 3º, Lei nº 8.666/93). (Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU 4. ed. Brasília: TCU, 2010)

Não obstante, cabe à Administração o juízo de conveniência, oportunidade, análise da possibilidade técnica e da viabilidade em se admitir a subcontratação, observado, em qualquer caso, o **dever de motivação das decisões administrativas**, ainda que discricionárias, considerando que, no Acórdão TCU nº 1.453/2009, Plenário, a Corte de Contas manifestou-se no sentido de que “...o princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões, inclusive das discricionárias”.

Com relação ao assunto acima, ASSERTIVAMENTE o edital autotiza a subcontratação do tratamento por incineração dos resíduos (ossadas) e da destinação final (aterro sanitário) dos resíduos tratados nos itens 7.4.1.10 e 7.4.1.12.

Ocorre que, equivocadamente e de forma injustificada no item 11.1 do Edital prevê a seguinte limitação “Admitir-se-á a subcontratação limitada a 20% (vinte por cento) do valor do contrato”.

Tal limitação da subcontratação ser em apenas 20% (vinte por cento) do valor do contrato, acaba por prejudicando o instituto ao ponto que esvaziaria o mesmo, tornando-o sem efeito, visto que obviamente apenas 20% não é o suficiente para que se efetive a subcontratação ou terceirização do tratamento por incineração e da destinação final (aterro sanitário) dos resíduos, e certamente tal limitação restringirá gravemente a competitividade do certame em questão.

Vale dizer que a especificação do percentual máximo usualmente utilizada em editais do ramos aqui licitado é 30%, 40% ou 50% do objeto, se o intuito for de fato não tornar sem efeito o instituto da subcontratação e de fato garantir a competitividade do certame, não se deve utilizar limitação menor.



Ou seja, se a limitação do percentual prejudicar a subcontratação das etapas necessárias, ACABARÁ POR DIRECIONAR O EDITAL A EMPRESAS DETENTORAS DE EQUIPAMENTOS DE TRATAMENTO TÉRMICO (INCINERADORES ETC) E ATERROS PRÓPRIOS, O QUE É RARO E LEVARÁ A PRESENTE LICITAÇÃO A UMA RESTRIÇÃO ABSURDA E INJUSTIFICÁVEL DE COMPETITIVIDADE, ONERANDO OS COFRES PÚBLICOS QUE FICARÃO REFENS A VALORES ALTÍSSIMOS PELO AUSÊNCIA DE COMPETITIVIDADE.

Como já dito, além da escassez de empresas detentoras de equipamentos de tratamento térmico (incineradores etc) e aterros próprios, o que certamente frustrará a competitividade do certame, acerca da possibilidade de subcontratação da etapa de tratamento térmico e destinação final podemos mencionar o seguinte:

Para viabilizar a ampla competitividade e, mediante ela, obter a melhor proposta de preço (isto é, o menor preço constante do mercado), é essencial que a subcontratação, especificamente, do tratamento térmico e destinação final, seja prevista no edital, pois - apesar de o art. 72 da Lei n. 8.666/1993 legalmente permitir subcontratação -, o art. 78, inciso VI da mesma Lei prevê tal permissão precisa estar prevista; veja-se:

Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

Além da subcontratação do tratamento térmico e a consequente destinação final ampliar a competitividade e viabilizar a obtenção da proposta mais vantajosa (o que é de interesse público), tal terceirização parcial do tratamento é imperiosa pelas outras razões adiante:



A presente licitação comporta objeto licitatório cuja execução é complexa, de modo que algumas fases, etapas ou aspectos podem ser desempenhados por terceiros, sem que isso interfira ou prejudique a segurança da contratação, até porque, independente da subcontratação ser uma possibilidade legal e, neste caso, prático, a responsabilidade perante o município é integralmente da licitante contratada.

Assim, o fato de passar a ser permitida, no instrumento convocatório, a subcontratação do tratamento térmico (e da consequente destinação final), cuja execução poderá ser efetuada por empresas igualmente especializadas sem demandar riscos, em nada causa prejuízo à contratação, bem como observará a realidade do mercado brasileiro, porque, atualmente, no cenário nacional são pouquíssimas as empresas que possuem todo o escopo do objeto licitado e raríssimas possuem tratamento térmico e destinação final próprios.

Ou seja, são ínfimas as empresas que prestam isoladamente, elas mesmas, sem a participação de qualquer subcontratada, os serviços de tratamento térmico (e da consequente destinação final).

Fato este que, dada a situação peculiar no mercado, permite que elas encareçam consideravelmente o preço dos seus serviços, onerosidade que os cofres públicos não precisam arcar, basta adequar o Edital para a realidade do mercado atual.

Persistindo a obrigatoriedade de que a proponente tenha equipamento de tratamento térmico e aterro próprios, poderá ser propiciada a formação de um “grupo” escasso de empresas e apenas elas aptas a participarem de licitações, podendo inclusive, controlar o aumento abusivo de preços e insumos. É o chamado “cartel”, severamente vedado pela Constituição Federal, no artigo 173, § 4º, in literis: “§ 4º - A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros”.

A vedação em tela, além de restringir o número de participantes, pode proporcionar às empresas mal intencionadas “discriminar preços de bens ou de prestação de serviços por ajustes ou



acordo de grupo econômico, com o fim de estabelecer monopólio, ou de eliminar, total ou parcialmente, a concorrência” (Lei 8.173/90, “DOS CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E AS RELAÇÃO DE CONSUMO”, artigo 4º, inciso III).

Não obstante tal fato, somado a possibilidade legal (artigo 72 da Lei de Licitações), já fosse suficiente a demonstrar que a necessidade de o edital prever a subcontratação do tratamento térmico (e destinação final), a realidade do mercado nacional, no âmbito da iniciativa privada, permite que as empresas façam tal subcontratação ou terceirização, prática que é de forma praticamente generalizada aderida nas licitações com o mesmo objeto do presente certame.

E isso necessariamente deve ser levado em consideração, pois, afinal, a subcontratação no âmbito dos contratos administrativos é uma consequência exata da prática na iniciativa privada, conforme se lê nos ensinamentos de Marçal Justen Filho, em Comentários à lei de licitações e contratos administrativos (9ª ed., São Paulo: Dialética, 2002, pp. 517-518):

A escolha da Administração deve ser orientada pelos princípios que regem a atividade privada. Se, na iniciativa privada, prevalece a subcontratação na execução de certas prestações, o ato convocatório deverá albergar permissão para que idênticos procedimentos sejam adotados na execução do contrato administrativo. Assim se impõe porque, estabelecendo regras diversas das práticas entre os particulares, a Administração reduziria a competitividade do certame. É óbvio que se pressupõe, em todas as hipóteses, que a Administração comprove se as práticas usuais adotadas pela iniciativa privada são adequadas para satisfazer o interesse público. (grifou-se)

Nessa esteira, a permissão de subcontratação do tratamento térmico (e destinação final das cinzas) não apenas consiste em expediente legal, autorizado por lei, como trata-se do único meio de obter a proposta efetivamente mais vantajosa, em certame que se revele competitivo.



Não é demais mencionar que em estrita consonância a Lei nº. 8.666/93, o Colendo Superior Tribunal de Justiça se manifestou pela plena legalidade da subcontratação parcial em contratos administrativos de objeto complexo, in verbis:

(...) 2- A parcial cessão do objeto contratado, pela vencedora da licitação, é ato jurídico previsto no art. 72, da Lei nº. 8.666/93, não constituindo tal procedimento, por si só, desrespeito à natureza intuitu personae dos contratos.

3 – Na espécie, embora o Município busque a anulação de contrato de cessão praticado entre a original vencedora da licitação e a empresa recorrida, bem como de todos os atos dali decorrentes, não há qualquer ofensa à legislação federal, razão suficiente para a denegação do pedido. (STJ – Resp nº. 468.189/SP. 1ª.T., rel. Min. José Delgado, j. 18.03.03). (destacou-se).

Sendo assim, dada a complexidade das atividades abarcadas pelo certame em comento, correta se afigura a admissão da subcontratação parcial do objeto licitado em relação ao tratamento térmico e destinação final **SEM A NECESSIDADE DE LIMITAÇÃO DE PERCENTUAL, SENDO ESSA, INCLUSIVE, A ORIENTAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS MAIS ABRANGENTES ESTADOS, COMO POR EXEMPLO DO GRANDE ESTADO DE SÃO PAULO** – por exemplo:

Refiro-me, inicialmente, à determinação para extensão da permissão de subcontratar aos resíduos dos subgrupos A3, A5 e B. Nesse ponto, embora tenham sido contemplados tais subgrupos, verifico que a municipalidade suprimiu, indevidamente, a possibilidade de subcontratação dos resíduos do subgrupo A2, cujo tratamento, conforme previsto no memorial descritivo, seria por “incineração ou outra tecnologia licenciada para este fim”, de modo que restou preservada, em sua essência, a restritividade anteriormente condenada. Destarte, a despeito de “reconhecer a viabilidade da contratação integrada dos serviços, proporcionando um melhor manejo e minimizando riscos de contaminação”, necessário que a subcontratação seja franqueada em relação aos resíduos do subgrupo A2, de modo a possibilitar a participação de empresas que não executem diretamente incineração. Do mesmo modo, no que toca à apresentação de Licença de Operação (LO), **A DESPEITO DO EXPRESSO REGISTRO PARA QUE A MESMA FOSSE ADMITIDA TANTO EM NOME DA LICITANTE COMO DA PROPRIETÁRIA DA UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS EVENTUALMENTE SUBCONTRATADA**, de modo a não tornar inócua a permissão de subcontratação daquela etapa, noto que o item 7.1 do edital manteve a exigência exclusivamente em nome da licitante. 4, prevendo a apresentação da Licença de Operação (LO) para a subcontratada apenas no item 7.3, que cuida dos aterros. (...) Ante o exposto, voto pela procedência parcial da representação formulada por Eppolix Tratamento de Resíduos Especiais Ltda, **devendo a Prefeitura Municipal de Piracicaba, caso queira prosseguir com o certame: contemplar**



a permissão de subcontratação para o tratamento de resíduos do subgrupo A2; e ADMITIR A APRESENTAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO) TANTO EM NOME DA LICITANTE COMO DA PROPRIETÁRIA DA UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS EVENTUALMENTE SUBCONTRATADA. (TCE – TC 16173/989/18-7). (destacou-se).

Isto posto, uma vez comprovada a perfeita admissibilidade da subcontratação de serviços de TRATAMENTO TÉRMICO E DESTINAÇÃO FINAL **SEM A NECESSIDADE DE LIMITAÇÃO DE PERCENTUAL**, cuja transferência a terceiro não causa nenhum risco ao município, bem como se mostra necessária para privilegiar a ampla competitividade e o princípio da vantajosidade, deve o edital ser retificado para “Admitir-se-á a subcontratação **relativamente ao tratamento térmico (por incineração e tecnologias licencias e habilitadas pelos órgãos competentes, de acordo a legislação vigente) e destinação final dos resíduos**”, visto que a possibilidade da contratada subcontratar tais atividades para uma empresa especializada nos referidos serviços não demanda risco algum a administração em sua execução.

II.2 DO DIREITO DA LICITANTE EM OPTAR PELA ESCOLHA DO CONSELHO (ENTIDADE) DE CLASSE COMPETENTE (CREA OU CRQ)

Consta no Edital e no seu ANEXO I: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR e ANEXO II – PROJETO BÁSICO as seguintes exigências:

“7.4.1.1 Prova de Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da circunscrição da sede da empresa licitante, nos termos do art. 65 da lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010.”

“5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO: Certidões e atestados: a prestadora de serviço deverá comprovar a aptidão exigida para desempenho das atividades que fazem parte do objeto da licitação, através de seu registro no CREA, ou CAU e seus profissionais deverão apresentar uma, ou mais certidões, ou atestados, com CAT (Certidão de Acervo Técnico) do CREA / CAU;”

“3.1.1 Prova de Registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da circunscrição da sede da empresa licitante, nos termos do art. 65 da lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010.”



Ocorre que o próprio art. 30, I, da Lei Federal nº 8.666/93 não traz nenhuma opção de que a Administração Pública pode escolher e determinar o conselho de classe que a licitante deve utilizar, apenas permitindo **que exija o conselho de classe competente**, podendo optar pelos competentes para o objeto da licitação.

O instrumento convocatório está restringindo a participação para as pessoas jurídicas e responsáveis técnicos que tenham registro exclusivamente do no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), e bem como, que tenham Atestados Técnicos registrados (CAT) no CREA unicamente, o que precisa ser adequado, vejamos:

Cumpra esclarecer que os serviços a serem prestados para atender o objeto do Edital podem ser realizados por profissionais e por empresas registradas junto ao CREA ou Conselho Regional de Química (CRQ), bem como, os responsáveis técnicos podem comprovar seu acervo por meio de atestados técnicos registrados (CAT) no CREA ou CRQ, não podendo a administração escolher um único órgão de classe.

Porém, conforme exposto acima, o edital está determinando que a empresa e profissional sejam registrados exclusivamente no CREA, e, como se não bastasse, que os responsáveis técnicos tenham Atestados Técnicos registrados no CREA unicamente, excluindo a possibilidade de participação de empresas, responsáveis técnicos e Atestados com CATs que possuem registro no CRQ, conselho igualmente competente e reconhecido.

O correto é que as empresas licitantes tenham o direito de escolher responsáveis técnicos devidamente credenciados junto ao CREA ou CRQ, bem como, optar pelo seu próprio registro no conselho de classe compatível que preferir, e automaticamente registrarem seus atestados no conselho de classe que optar, e nesse ponto, cumpre ressaltar que tanto o CREA quanto o CRQ SÃO LEGALMENTE ACEITOS PARA EXERCER AS FUNÇÕES OBJETO DO CERTAME, vejamos:

O próprio Conselho Federal de Química, em seu art. 8º, alínea “f” da Lei 2.800/56 prevê:

Art. 1o - Fica designado, para efeito do exercício profissional, correspondente às diferentes modalidades de profissionais da química, o seguinte elenco de atividades:

[...]

08 - Produção, tratamentos prévios e complementares de produtos e resíduos.



Portanto, a presente licitação da forma como está agride as normas legais, bem como as normas que embasam a administração pública, excluindo a participação de empresas que optaram pela utilização do CRQ, devendo ser alterado para se adequar e constar a opção do Registro da empresa e do responsável Técnico junto ao CREA ou CRQ e Atestados Técnicos dos responsáveis técnicos registrados junto ao CREA ou CRQ, sem restringir exclusivamente ao CREA, o que se requer.

III - REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, requer:

O recebimento e processamento da presente impugnação, na forma da Lei;

A suspensão preventiva do processo licitatório, e por conseguinte, dos atos previstos para serem realizados no dia 22/06/2023 até que a presente Impugnação seja devidamente apreciada e julgada conforme a Lei;

Diante de todo o exposto, dada a razoabilidade dos questionamentos e com vistas a satisfação dos princípios norteadores da atividade administrativa e do próprio procedimento licitatório, requer e espera que os Nobres Julgadores, com todo o saber jurídico, conheçam e DEEM TOTAL PROVIMENTO À PRESENTE IMPUGNAÇÃO, para o fim de retificar as disposições editalícias aqui questionadas expressamente, a fim de que o processo licitatório se desenvolva em consonância com as diretrizes legislativas que o devem conduzir.

No restante, pugna, após as necessárias adequações, seja o presente edital publicado com sua nova redação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, nos termos da Lei 8.666/93, pois assim agindo estarão Vossas Senhorias convictos de estarem patrocinando a legítima e irretorquível JUSTIÇA!



Para o caso de se julgar improcedente a impugnação – o que não se espera, mas se admite a título de argumentação –, requer desde logo a produção de cópia de todo o processo administrativo que compõe a presente licitação, a qual deverá ser enviada para o e-mail juridico02@servioeste.com.br.

Pleiteia-se, ainda, não sendo este o entendimento desta Comissão Permanente de Licitação, desde já, que a presente impugnação seja encaminhada para análise da autoridade superior.

Termos em que, aguarda deferimento.

Barra do Pirai/RJ, 13 de junho de 2023.

SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA

14.470.588/0001-51

SERVIOESTE RIO DE JANEIRO LTDA

Rua 1 B São Francisco, 250

B. California - CEP: 27.165-000

BARRA DO PIRAI - RJ

CNPJ nº 14.470.588/0001-51

Cristian Paulo Kehl Balbinot

RG nº 4.077.236 (SSP/SC)

CPF nº. 010.580.759-18

Administrador